

Política Portuária Nacional e Programa de Arrendamentos

Antonio Henrique P. Silveira
Ministro-Chefe da Secretaria de Portos

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – 10/jun/2014

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Novo Marco do Setor Portuário

06/12/2012

Lançamento da MP dos Portos



16/05/2013

Aprovação pelo Congresso Nacional



05/06/2013

Sanção da Lei 12.815



28/06/2013

Publicação do Decreto 8.033

Novo Marco do Setor Portuário



Lei 12.815 e Decreto 8.033 – Objetivos

Eliminar Barreiras à Entrada

- Aumentar a oferta de instalações portuárias:
Licitações de arrendamentos em portos organizados e autorizações de Terminais de Uso Privado
- Fim da diferenciação entre carga própria e de terceiros

Eliminar custos

- Fim da outorga como critério de licitação

Agilizar procedimentos

- Leilão para licitação de concessões e arrendamentos
- Processo de autorização de Terminais de Uso Privado

Aprimoramento da Gestão Portuária

- Regulamento simplificado para contratação de bens e serviços
- Compromissos de metas e desempenho empresarial

Novo Marco do Setor Portuário

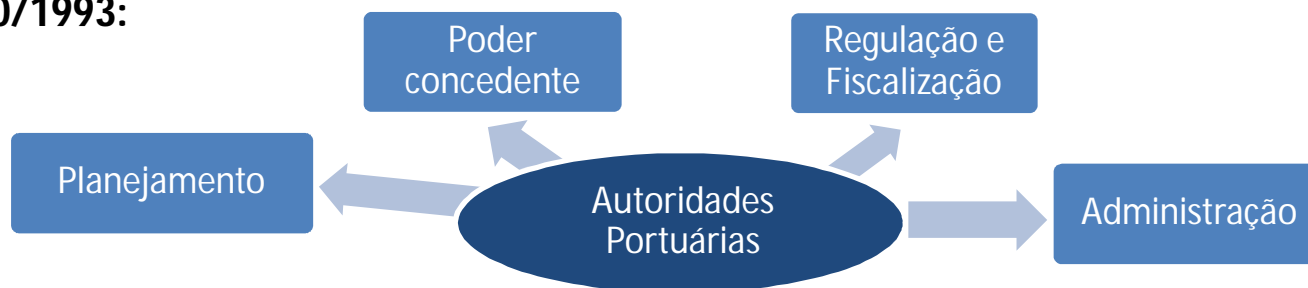
Retomada do planejamento no setor portuário:

- Planejamento portuário na Secretaria de Portos
- Planejamento logístico integrado: transporte terrestre e aquaviário
- Plano Nacional de Dragagem II
- Integração das autoridades nos portos: fazendária, policial, de saúde, sanitária e marítima - criação do CONAPORTOS

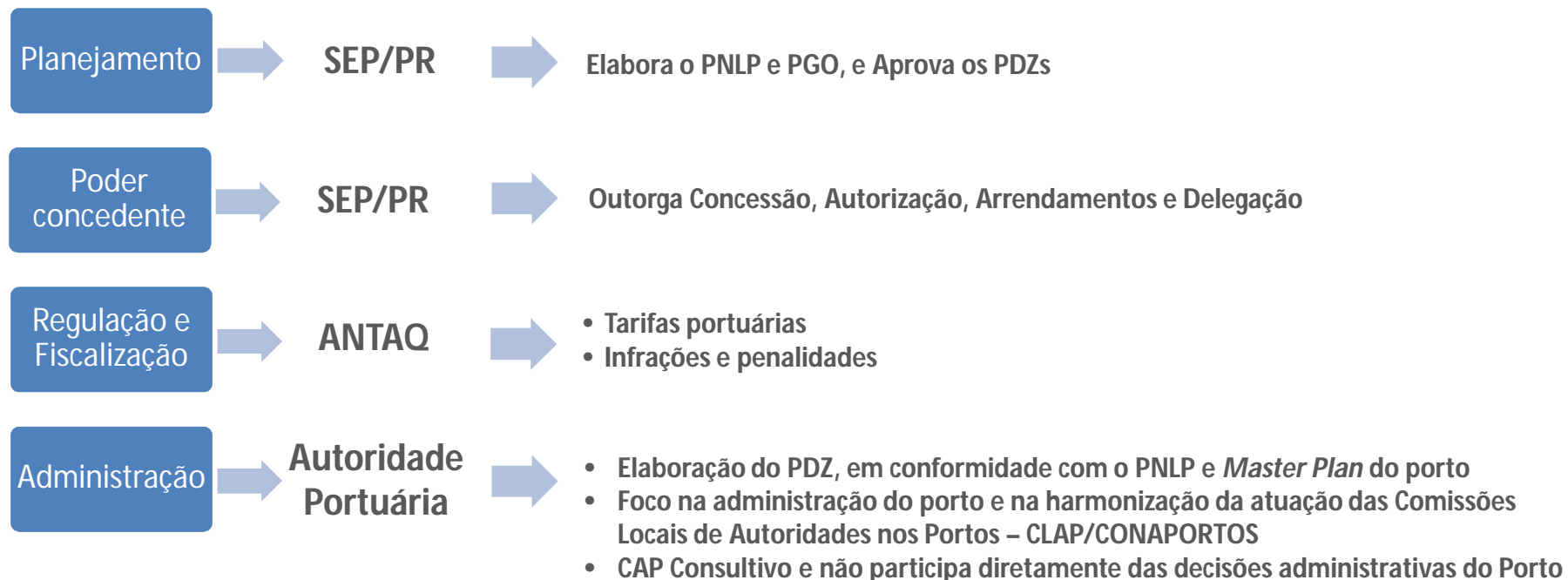
Novo Marco do Setor Portuário

Reorganização Institucional

Lei nº 8.630/1993:



Lei nº 12.815/2013:



Vetores de Expansão da Infraestrutura Portuária

Três linhas de investimentos em expansão da capacidade portuária:

- Programa de Arrendamentos Portuários
- Processo de Autorização de Termianis de Uso Privado
- Reequilíbrios e Prorrogação de Contratos de Arrendamentos Pós-1993.

Programa de Arrendamentos Portuários

Apenas após a conversão da MP nº 595/2012 na Lei nº 12.815/2013 em junho de 2013, foi possível iniciar efetivamente o processo do Programa de Arrendamentos Portuários

Diretrizes do Programa de Arrendamentos

Eliminar barreiras ao fluxo do comércio exterior brasileiro



- Planejamento sistêmico
- Política de longo prazo
- Reorganização das áreas portuárias
- Economia de escala
- Fomento da concorrência

Aproveitar a Oportunidade: 117 áreas vencidas/a vencer até 2017 + 42 áreas novas = 159 áreas

[D1] Como já citamos os portos no quadro anterior, sugiro não citarmos novamente. Vale para os demais blocos.

Visão Geral – Novos Arrendamentos

Blocos 1, 2, 3 e 4

Aumento de
capacidade

219

**milhões
ton/ano**

Investimentos
Estimados

R\$

**15,8
bilhões**

Cronograma do Programa

Após a conversão da MP, em junho, todas as etapas do cronograma foram cumpridas:

- Estudos concluídos
- Consultas e audiências públicas realizadas
- Projetos entregues ao Tribunal de Contas da União
- **Tramitação do Bloco I no TCU desde outubro/2013**

Cronograma do Programa

ATIVIDADE	DATA
Elaboração do Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental: Entrega Bloco 1: 15/07/2013 Entrega Bloco 2: 09/09/2013 Entrega Blocos 3 e 4: 25/11/2013	Março a Novembro/2013
Consulta Pública ANTAQ nº 03/2013 - Audiência Pública dos certames licitatórios das áreas sob administração da CDP e CODESP	<u>Consulta:</u> 12 ago. 2013 a 06 set. 2013 <u>Audiências:</u> 30 ago. 2013 (Santos) e 2 set. 2013 (Belém)
Consulta Pública ANTAQ nº 06/2013 - Audiência Pública dos certames licitatórios das áreas sob administração da APPA, CODEBA e São Sebastião	<u>Consulta:</u> 02 out. 2013 a 25 out. 2013 <u>Audiências:</u> 17 out. 2013 (São Sebastião), 18 out. 2013(Salvador) e 21 out. de 2013(Paranaguá)
Submissão estudos ao TCU	10 out. 2013
Acórdão nº 3.661 - TCU	10 dez. 2013
Pedido de reexame	30 dez. 2013
Atendimento aos demais itens do acórdão	24 jan. 2014

Cronograma do Programa

Tramitação dos estudos no TCU

- Interação intensa com Unidades Técnicas entre a entrega do projeto (10/10/2013) e o primeiro acórdão do Plenário (10/12/2013)
- Pedido de reexame entregue ao TCU em 30/12/2013
- Respostas ao acórdão protocoladas em fevereiro/2014
- **Desde janeiro, processo está pendente de julgamento no Tribunal**

Cronograma do Programa

Comparativo com outros modais do PIL

	Lançamento	Data do leilão	Meses entre lançamento e leilão
BR 050 GO/MG	06/08/2012	18/09/2013	14
BR-163 MT	06/08/2012	27/11/2013	16
BR 060/153/262 DF/GO/MG	06/08/2012	04/12/2013	17
BR-163 MS	06/08/2012	17/12/2013	17
BR-040 MG/GO/DF	06/08/2012	27/12/2013	17
Galeão e Confins	21/12/2012	22/11/2013	11
Portos de Santos e do Pará	06/12/2012	-	18

- **Rodovias:** lançadas em ago/2012, cinco foram licitadas em 2013
- **Aeroportos:** lançados em dez/2012, foram licitados em 2013
- **Portos:** apesar do lançamento ter ocorrido há 18 meses, a Lei só foi sancionada em junho/13, ou seja, há 12 meses
- **Se TCU liberar, licitações ocorrerão em prazo similar aos demais modais**

Terminais Privados: Visão Geral



RESUMO – TERMINAIS PRIVADOS

Instalações Portuárias Privadas Autorizadas e Contratos Assinados

151 Instalações Portuárias Privadas Autorizadas

139 Terminais de Uso Privado - TUPs

13 Estações de Transbordo de Carga - ETCs

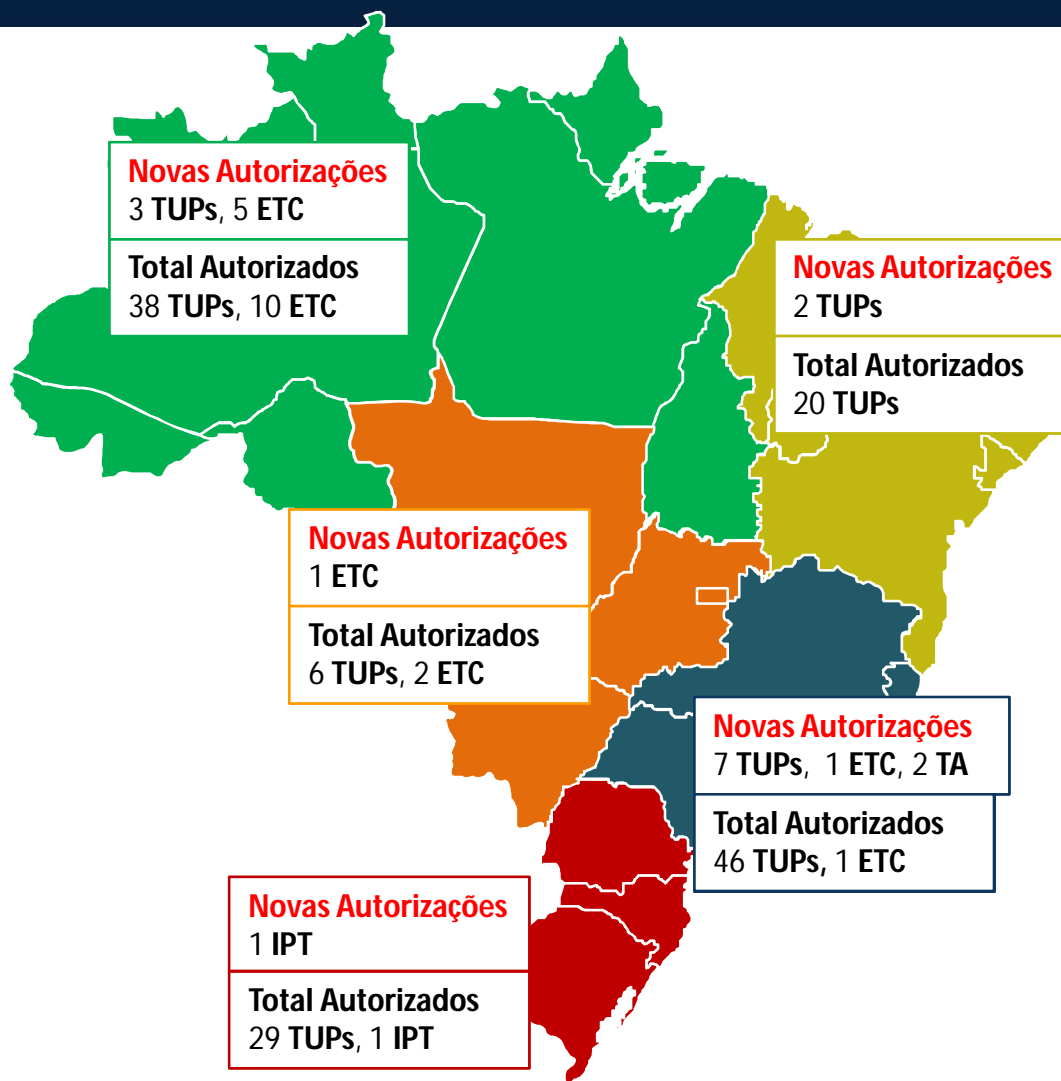
1 Instalação Portuária de Turismo - IPT

22 Autorizações Emitidas - Novo Marco Legal

20 Contratos assinados R\$ 6.890.072.782,04

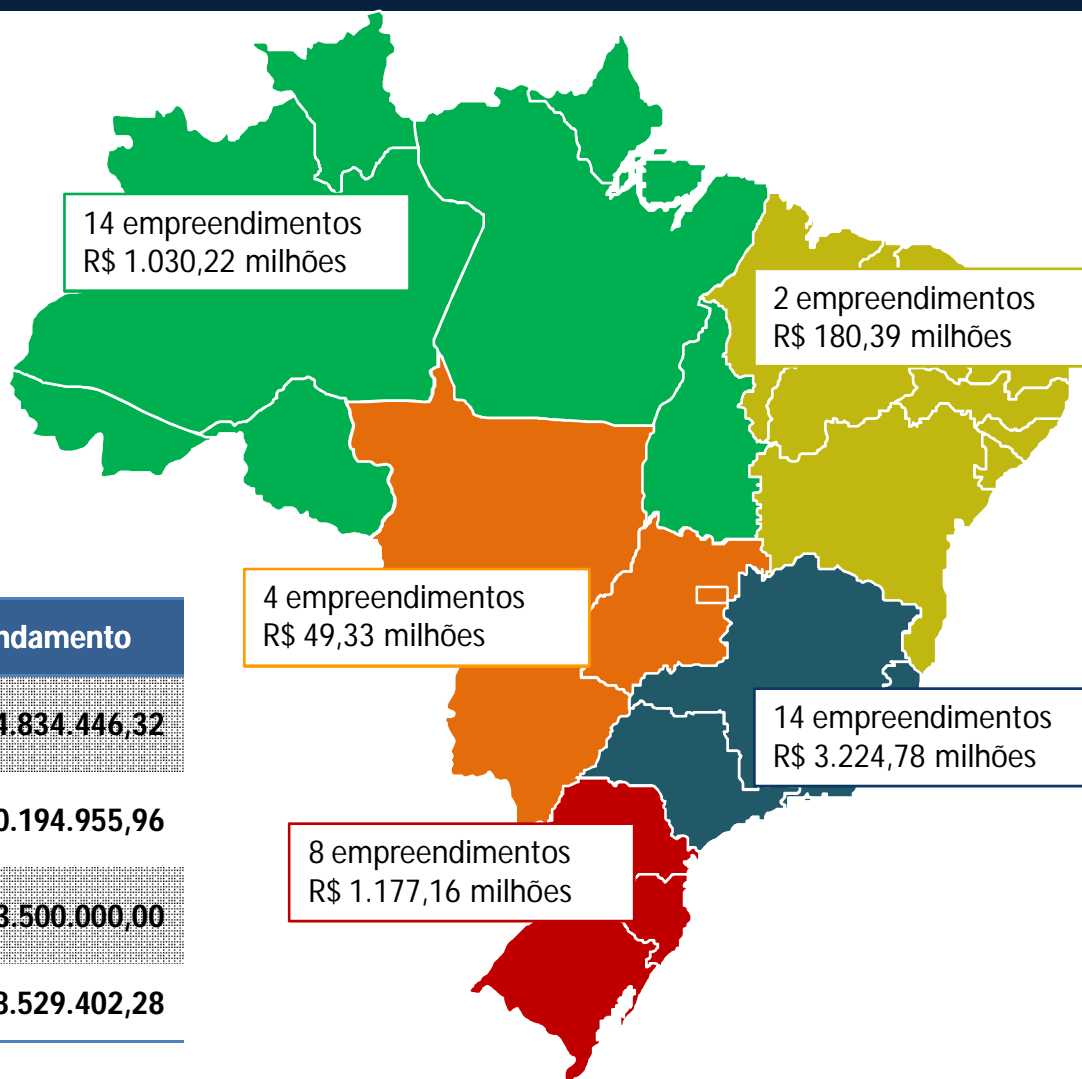
2 Termos Aditivos - TA (Ampliação) R\$ 2.257.285.910,51

Total R\$ 9.147.358.692,55



RESUMO – TERMINAIS PRIVADOS

Empreendimentos com processo de outorga de autorização em andamento



42 Processos de outorga de Autorização em andamento

28 Terminais de Uso Privado – TUPs R\$ 4.714.834.446,32

13 Estações de Transbordo de Carga – ETCs R\$ 500.194.955,96

1 Instalação Portuária de Turismo – IPT R\$ 3.500.000,00

Total R\$ 5.218.529.402,28

Reequilíbrios Econômico-Financeiros de Contratos em Andamento

Valores* previstos nos pleitos de Reequilíbrios Contratuais	
Portos	Total
Antonina	67,30
Aratu	107,18
Imbituba	269,17
Itaguaí	3.206,92
Itajaí	-
Itaqui	20,10
Paranaguá	142,60
Recife	0,82
Rio de Janeiro	423,50
Rio Grande	51,00
Salvador	537,00
Santarém	180,00
Santos	2.512,65
São Francisco do Sul	15,30
Suape	764,69
Vila do Conde	21,00
Total geral	8.319,23

*R\$ milhões

Obrigado

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

